LV 30 anos
DESDE 1988 AO LADO DOS TRABALHADORES
INTERCEL | INTERSUL | JORNAL LINHA VIVA Nº 1480 - 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Incorporação CGTEE/ Falta de respeito

Power Point não é documento

O pedido de informações sobre o processo movido pelos trabalhadores contra a incorporação da Eletrosul pela CGTEE continua em aberto.

Os advogados da Intersul há muito tempo solicitaram o parecer da Deloitte sobre a questão para que possam analisar os argumentos da defesa.

Mas, o que receberam até agora foi um arquivo em PowerPoint, uma apresentação de 92 páginas, sem assinaturas e sem a oficialidade de um documento.

Apresentações em PowerPoint são ganchos visuais apresentados em uma tela com pouco texto. São unicamente frases e gráfico de auxílio para a fala do apresentador. Sem análise de perito, administrador, economista, contador enfim....um profissional capacitado para o estudo. Portanto, não é o documento original.

Se levada a sério, esta atitude desmerece a defesa e deixa dúvidas sobre o processo.

Engie:

Será?

A Intersul continua a realizar assembleias por todos locais de trabalho da Engie, ouvindo os trabalhadores a respeito da proposta da empresa para Acordo Coletivo de Trabalho.

O placar não vem sendo favorável à empresa.

E atenção trabalhadores da sede em Florianópolis:
a assembleia neste local será dia 16 de dezembro às 13h 30min.

Sindicatos irão bater de frente em acidentes com mortes

Acidentes de trabalho permeiam o dia a dia dos eletricitários. De muitos nem se fica sabendo como os ocorridos recentemente com terceirizados.

As empresas preferem o silencio.

Um dos acidentes aconteceu na Cerej, de Tijucas. Outro na Celesc. São duas mortes, a última delas dia 25 de outubro na Agência Regional de Florianópolis.

Os dados são preocupantes sob todos os aspectos.

Os sindicatos que compõem a Intercel já denunciaram ao presidente Cleicio que as terceirizadas não respeitam a legislação e os técnicos de segurança da Celesc mandam tocar os serviços a qualquer custo.

Estamos levando a discussão para o MPT e SRTE para fiscalizações em todo o estado e responsabilizar civil e criminalmente os diretores e gestores de contratos responsáveis.

PLR/2019 Eletrobras

Nenhum avanço

O Coletivo Nacional dos Eletricitários esteve reunido dia 26 de novembro, no Rio de Janeiro, com a Eletrobras para tratar da PLR 2019.

Não houve nenhum avanço na negociação a respeito da contraproposta do CNE.

Haverá nova reunião semana que vem, dia 6 de dezembro, tendo em vista que é importante fechar um acordo ainda em 2019 para ter PLR ano que vem.

Fique atento ao boletim do CNE para mais detalhes sobre a reunião.

Se você não sabe é melhor saber que ...

Os bancos lucraram R$ 109 bilhões entre julho de 2018 e junho de 2019, informou o Banco Central. Esse é o maior lucro nominal em 25 anos, desde o lançamento do Plano Real, em 1994. Os dados mostram que o resultado é 18,4% superior ao lucro de R$ 92 bilhões registrado entre julho de 2017 e junho de 2018.

Nos últimos doze meses, o Brasil registrou o maior volume de saída da moeda americana em 20 anos. De acordo com o Banco Central, o saldo negativo é de US$ 32 bilhões.

De outro lado, o Brasil tem terceira maior desindustrialização entre 30 países desde 1970. A recuperação está distante, segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). A indústria brasileira é uma das que mais apresentaram retração no mundo nos últimos 50 anos.

A deflação que estamos vivendo sugere ao produtor que não há consumidor. Ele planeja a produção em torno de um determinado preço, mas, na hora de vender, se esse produto estiver valendo menos, vai ter prejuízo, afirmou. O risco, é que a deflação crie um efeito dominó:Se não produz, não contrata, ou até demite, aí diminui mais a demanda porque não há salário nem crédito, o que faz cair o nível de preço, porque as pessoas não compram, e assim por diante.

E, segundo o IBGE, agora somos 38 milhões de trabalhadores na informalidade e 12 milhões e meio sem emprego. Mais precisamente: 41,4% da população ocupada está vivendo "de bico", ou 38,8 milhões de brasileiros.

Enel vai ser reeestatizada

Existe uma lei, a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que prevê a retomada coercitiva do serviço público durante o prazo de concessão, por motivo de interesse público, tendo em vista a incapacidade de cumprimento do contrato.

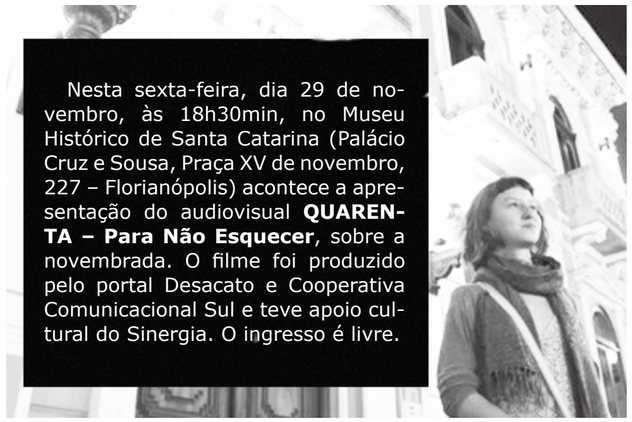
Baseados nela, o presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, o deputado Lissauer Vieira e o líder do Governo na casa, deputado Bruno Peixoto, apresentaram semana passada Projeto de Lei que prevê a encampação da Enel pelo Governo do Estado. A Enel, ex-Celg, vai ser reestatizada, com o aval do Governador goiano, o antes neoliberal Ronaldo Caiado.

A ideia é a Celg Geração e Transmissão assumir a gestão de energia, até a realização de nova licitação. A rescisão do contrato prevê que o Estado reassuma o serviço de distribuição de energia, antes realizado pela Celg Distribuição, que foi arrematada em leilão pela Enel em 2016 por R$ 2,1 bilhões. A estatal Celg GT assumiria a transmissão de energia elétrica até a realização de nova licitação.

O Sinergia vem fazendo uma série de atividades culturais para divulgar a 10ª edição do Concurso Conto e Poesia. Nos últimos dias, foram realizadas ações na UDESC e na UFSC, junto à comunidade acadêmica, e também na Praça XV, com show de música e declamação de poesias e contos junto ao povo trabalhador no coração da cidade.

Nos próximos dias estão programadas novas ações junto à categoria dos eletricitários.

Para participar do Concurso, acesse www.sinergia.org.br



Nesta sexta-feira, dia 29 de novembro, às 18h30min, no Museu Histórico de Santa Catarina (Palácio Cruz e Sousa, Praça XV de novembro, 227 – Florianópolis) acontece a apresentação do audiovisual **QUARENTA – Para Não Esquecer**, sobre a novembrada. O filme foi produzido pelo portal Desacato e Cooperativa Comunicacional Sul e teve apoio cultural do Sinergia. O ingresso é livre.

LV

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da INTERCEL e da INTERSUL
Jornalistas responsáveis: Marli Cristina Scomazzon 4966/RS
Leonardo Contin 6550/SC
Conselho Editorial: Patrícia Mendes
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC
CEP 89216-000 | E-mail: sindsc@terra.com.br
Asmatériasassinadasnãocorrespondem,necessariamente,àopinião do jornal.

Dia 4 de dezembro unidos em defesa da Soberania

O movimento sindical catarinense que defende a Soberania Nacional e as Empresas Públicas promove no dia 4 de dezembro uma Assembleia Unificada na praça Tancredo Neves, às 13h30min. Anote na sua agenda e participe!

Esta audiência se soma às outras quatro já realizadas e estão previstas novas mobilizações com com vereadores/as, deputados/as e com o povo catarinense, alertando para as consequências da perda de Soberania sobre as riquezas do país. Uma sociedade desenvolvida é aquela que garante para todos/as os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. Esses direitos não são garantidos pelo mercado, mas sim, pelo Estado-nação. E um Estado-nação só existe, só dá conta dessa tarefa, se tiver soberania nacional.

Solidariedade

Os sindicatos que representam os eletricitários catarinenses, Intercel e Intersul, apoiam as três greves que estão acontecendo no país.

A greve dos professores do Rio Grande do Sul já é a maior dos últimos anos com mais de 1.500 escolas paralisadas. Os professores estão há cinco anos com salários parcelados e as condições de trabalho precarizadas, em um aprofundamento dos ataques realizado agora pelo governo Eduardo Leite (PSDB) que ontem mandou a polícia reprimir selvagemente os grevistas.

No Paraná, na manhã do último sábado (23), professores da rede estadual de educação decidiram por unanimidade greve por tempo indeterminado a partir do dia 2 de dezembro. No dia 3, está previsto um ato unificado em Curitiba contra as reformas do governo Ratinho (PSD-PR).

Os petroleiros entraram em greve por tempo determinado na segunda-feira (25) com previsão de término para sexta-feira (29). O descumprimento do ACT por parte da empresa, demissões e transferências em massa são alguns dos motivos que estão levando a categoria a se mobilizar. A privatização da empresa causa insegurança aos trabalhadores e trabalhadoras da estatal. A greve conta com ações sociais como doação de sangue pelos trabalhadores e trabalhadoras e limpeza do óleo derramado nas praias brasileiras por petrolíferas estrangeiras. O TST quer aplicar multas milionarias aos sindicatos.

CORTE NO ACIDENTE DE TRABALHO

Bolsonaro mira trabalhadores

Através de uma Medida Provisória (905/ de 12 de novembro de 2019) Bolsonaro revogou a lei que equipara o acidente de trajeto sofrido pelo empregado ao acidente do trabalho. Por isso, o acidente de trajeto, aquele sofrido no percurso de casa para o local do trabalho ou vice-versa, não será mais considerado como acidente do trabalho e, portanto, as empresas não precisarão emitir CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho).

As implicações são várias.

O trabalhador que sofreu um acidente de percurso não irá mais receber o auxílio-doença acidentário, mas sim o auxílio-doença previdenciário, o que significa que a empresa não precisará continuar pagando o FGTS enquanto vigorar o benefício.

Além disso, após terminar o benefício não há mais a garantia de emprego (estabilidade provisória) de 12 meses, deixando esse trabalhador desemparado no momento em que mais precisa. O cenário fica ainda pior considerando que acidentados a partir de 01 de janeiro de 2020 também não terão mais direito ao seguro DPVAT.

Entre os tópicos publicados, a MP apresenta modificações no auxílio-acidente, benefício pago pelo INSS, trabalhadores que ficarem com a capacidade reduzida após um acidente de qualquer natureza, ligado ao trabalho ou não, podendo restringir também o acesso ao benefício. Além disto, o documento prevê a criação de uma lista de sequelas a serem consideradas para essa concessão, assim como outras alterações.

O famigerado "Contrato Verde e Amarelo" altera brutalmente a legislação trabalhista e as conquistas históricas dos trabalhadores. Entre as mudanças estão: precarização do trabalho dos mais jovens, cobrança de 7,5% de alíquota para o INSS do valor do seguro-desemprego, redução do adicional de periculosidade, de 30% para 5% e relaxamento da fiscalização do trabalho abrindo espaço para abusos e explorações.

Essas medidas trarão consequências gravíssimas para a saúde dos trabalhadores no futuro (leia matéria sobre mortes nesta página). E ao contrário do que diz Guedes não gerarão mais empregos, o que já está se vendo.

Produtividade setor elétrico brasileiro

Será que um dia muda?

Os empregados de empresas públicas lutam constantemente contra o estigma de serem privilegiados.As empresas públicas são acusadas de serem cabide de emprego. Mas os dados mostram uma realidade diferente. Com 13,7 mil empregados (subsidiárias incluídas), a Eletrobras tem apenas 8,5% dos “cabides” de empregos da Engie (França) ou 22% dos cabides da ENEL (Italia) ou ainda menos da metade de “vagabundos” (adjetivo usado por Pinto Jr) da Datang Power Generation (China); como se pode ver pelo gráfico do site de levantamento de dados de empresas mundiais (https://www.statista.com/)publicaado pelo mInstituto Ilumina https://www.ilumina.org.br/eletrobras-vai-ampliar-plano-de-reducao-de-funcionarios-valor/

Se formos falar na relação MHw/empregado os trabalhadores da Eletrobrás são cinco vezes mais eficientes que os ingleses, três vezes mais que os franceses e duas vezes mais que italianos e norte-americanos, conforme dados do Ilumina

Agora um plano de demissão pretende esvaziar a Eletrobras. “Tinhamos 26 mil pessoas na companhia há três anos. Hoje são 13,7 mil. E estamos caminhando para 12.080 até maio do ano que vem”, afirmou Pinto Jr, em entrevista coletiva sobre o resultado da empresa no te rceiro trimestre, onde a Eletrobras registrou um lucro de R$ 716 milhões, e se vangloria de ter exterminado 14 mil postos de trabalho em quatro anos.

“Estar adaptado a uma sociedade doente não é sinal de saúde.”
Jiddu Krishnamurti

A volta dos manicômios e eletrochoques

Em nota técnica o Ministério da Saúde, no início do ano, divulgou novas diretrizes para a Política Nacional de Saúde Mental. Entre as alterações, constam a compra de aparelhos de eletroconvulsoterapia – eletrochoques – para o Sistema Único de Saúde (SUS), a volta a toda força dos hospícios, internação de crianças em hospitais psiquiátricos e abstinência para o tratamento de pessoas dependentes de álcool e outras drogas.

Com 32 páginas, o documento sobre as mudanças na Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas retira o protagonismo da política de redução de danos, adotada há 30 anos no país, após esforços do movimento de sanitaristas e de luta antimanicomial.

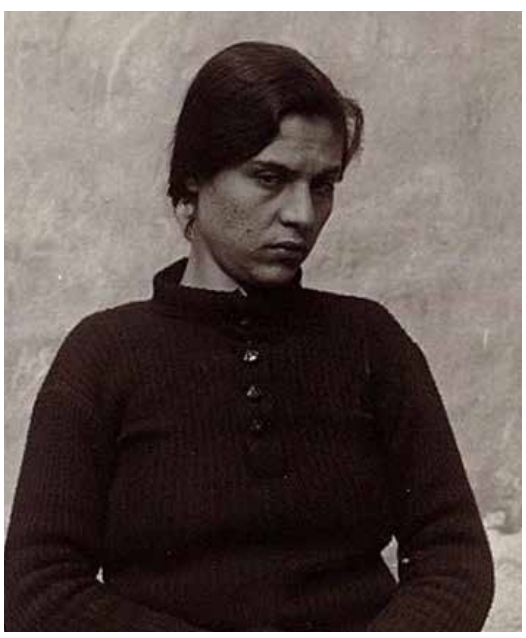
Esta nova abordagem do governo brasileiro faz lembrar um livro lançado na Itália que conta a história de mulheres marcadas pela vida em um manicômio, onde eram encaminhadas e ali ficavam porque combatiam e contrariavam o Estado Fascista, e por isso eram taxadas de loucas. Para tratar dessa loucura era aplicada a terapia do aprisionamento, com a pretensão de libertá-las das condutas que conflitavam com as regras impostas pelo regime da época. O livro mostra que as mulheres que se recusaram seguir os ideais propostos pelo fascismo, precisavam ser reeducadas através da disciplina do asilo.

A escritora Annacarla Valeriano conta em seu livro Malacarne-Mulheres e Asilo na Itália Fascista (Donzelli Editora , 2017) as histórias de algumas dessas mulheres e como viveram em manicômios, por conta de serem contra o fascismo. O livro resgata a história dessas existências perdidas, através de uma documentação rica de arquivos: fotografias, diários, cartas, relatórios médicos, materiais inéditos que contam como foi essa triste experiência sobre o enfoque feminino das mulheres confinadas no manicômio Sant'Antonio Abate de Teramo. O livro tenta restaurar a humanidade e a dignidade de todas aquelas e foram expulsas, presas e removidas da sociedade no período fascista.

Finalmente em 1978 uma lei fechou estes manicômios na Itália.

Vale lembrar que no Brasil até os anos 1970 os manicômios também serviam para “disciplinar” aqueles que fugiam da “normalidade”. A luta contra manicômios combateu a indústria lucrativa da loucura. Hospícios usavam violência e torturas.

A Reforma Psiquiátrica, definida por Lei 10216 de 2001 transferiu o foco do tratamento que se concentrava na instituição hospitalar, para uma Rede de Atenção Psicossocial, estruturada em unidades de serviços comunitários e abertos.

As condições da saúde mental no Brasil evoluíram, porém a Luta Antimanicomial não parou. Ainda acontecem manifestações em todo o país no dia 18 de maio, para que se mantenha vivo o cuidado com os doentes, e para que fique claro que eles não devem ser excluídos da sociedade e maltratados como eram antigamente, mas sim orientados e acompanhados para que possam encontrar seu lugar no mundo.

As fotos desta páginas são das presas no manicômio Italiano de Teramo.